



Educação e representatividade negra: FNB - Frente Negra Brasileira, entre a diferença e a desigualdade.

Education and black representation:
FNB - Brazilian Black Front, between difference and inequality.

Camila G. L. Rosa

Unesp - Ciências Sociais - Araraquara - FCLAr

RESUMO

Esse artigo partiu das inquietações e questionamentos gerados a partir dos estudos realizados nas aulas na disciplina de teoria e metodologia, do curso de pós-graduação de ciências sociais, confrontando, o mesmo, com a elaboração e o desenvolvimento do projeto de pesquisa do mestrado que se encontra em andamento. Com base nisso, esse artigo tem o objetivo de investigar os marcos históricos, políticos, filosóficos e educacionais que envolvem a luta desde 1931, onde a escravidão no Brasil havia sido abolida há menos de 50 anos e mesmo assim os negros continuavam sendo tratados como escravos. Neste contexto, os negros começaram a se organizar para terem os seus direitos respeitados, surgindo assim, o Movimento Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, com a proposta de desenvolver um trabalho socioeducativo e cultural com a população negra.

Palavras-chave: educação e ensino; escravidão; afro-brasileiro; frente negra brasileira.

ABSTRACT

This article started from the concerns and questions generated from the studies carried out in classes in the discipline of theory and methodology, of the post graduate course in social sciences, confronting the same with the elaboration and development of the master's research project that is in progress. Based on this, this article aims to investigate the historical, political, philosophical and educational milestones surrounding the struggle since 1931, where slavery in Brazil had been abolished less than 50 years ago and yet black people continued to be treated as slaves. . In this context, black people began to organize themselves to have their rights respected, thus emerging the Brazilian Black Front Movement (FNB) in São Paulo, with the proposal to develop socio-educational and cultural work with the black population.

Keywords: education and teaching; slavery; Afro-Brazilian; Brazilian black front.

1 Trajetória, educação e representatividade negra.

A escravidão no Brasil tinha sido abolida, porém, a população negra continuava sendo tratada como escravos, às margens de toda sociedade. As origens africanas cultivadas pelos negros eram proibidas por lei, “período em que aconteceram grandes mudanças e alterações sociais, ocasionando a perda de referenciais dos indivíduos nas formas de vida comum” (HONNETH, 2003, p. 32). Assim, a FNB surgiu para conquistar posições para a negritude em todos os setores da sociedade brasileira e reivindicar os seus direitos de inserção social. Apoiando-se em análise de material primário, descobrimos que o FNB começou a desenvolver um trabalho socioeducativo e cultural como: escola, grupo musical, futebol, departamento jurídico, atendimento médico, odontológico, e oficializava o seu próprio jornal "A Voz da Raça", em 1933. Para Honneth, a luta por reconhecimento seria identificar como os indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual. Neste contexto, ele cita as três formas de reconhecimento que são: o amor, o direito e a solidariedade.

A luta por reconhecimento não somente contribui como elemento constitutivo de todo o processo de formação para a reprodução do elemento espiritual da sociedade civil como influi também de forma inovadora sobre a configuração interna dela, no sentido de uma pressão normativa para o desenvolvimento do direito. (HONNETH, 2003, p. 95)

Conforme o histórico de Costa (1937), a população negra começou a se organizar para terem os seus direitos respeitados, assim surgiu o Movimento Frente Negra Brasileira (FNB) no dia 16 de agosto de 1931, em São Paulo. FNB foi o movimento com o maior destaque das entidades negras no Brasil, sempre buscando o crescimento e a igualdade de direitos para a população. Milhares de afrodescendentes se converteram em um verdadeiro movimento de massa, chegando a atingir o número expressivo de 20 mil sócios. Inicialmente, iniciaremos este artigo refletindo sobre o livro *A Frente Negra Brasileira*, escrito por Márcio Barbosa (1998), que aborda o Movimento FNB, apresentando sua influência e expansão em diversas cidades do interior de São Paulo e posteriormente para todos os outros estados do Brasil. Posteriormente, visaremos entender as questões políticas, históricas, culturais, sociais e o silenciamento desse contexto “povo negro”. A análise de material enfatizará na história da educação e problematizará as diferenças e as desigualdades da população em prol de seus direitos políticos, sociais e educacionais. Dessa forma, analisaremos uma sequência de tópicos, onde analisaremos cada etapa da integração e ascensão social do indivíduo em uma sociedade, compreendendo questões como o preconceito e a exclusão social, entendendo os limites que eram impostos para essa população dentro dessa sociedade, e discutindo as condições de cidadania plena, para, assim, atingirmos o nosso objetivo neste artigo.

2 FNB - Frente Negra Brasileira, entre a diferença e a desigualdade

Neste contexto, pretendemos refletir nesse artigo sobre o papel dos movimentos sociais negros para a ampliação do acesso à educação formal e analisar como a Lei n. 10.639/03, que inclui como obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, sancionada no ano de 2003, ainda enfrenta dificuldades em sua efetivação, por falta de preparo metodológico e de propostas político-pedagógicas antirracistas que apresentem os temas com originalidade.

2.1 História da Frente Negra Brasileira

O movimento FNB – Frente Negra Brasileira começou a se desenvolver com um trabalho socioeducativo e cultural a partir da escola, grupos musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, atendimento médico, odontológico, entre outros:

A Frente Negra Brasileira é um templo! Templo de luz, porque é uma vasta escola onde nosso espírito se elucida, se esclarece e adquirimos os ensinamentos necessários para vencermos os árduos embates da luta da vida. (Costa, 1937, p.1)

Assim, surgiram as edições dos periódicos da Imprensa Negra no Estado de São Paulo, sendo um deles o jornal “A Voz da Raça”. Fundada em 1933, não esquecendo que se trata do período Getúlio Vargas, onde iniciou as transformações que ocorreram no país a partir de 1930, o periódico circulara até 1937, totalizando 70 edições. O jornal era o porta voz da Frente Negra Brasileira cujo redator foi Gastão Silva, de São Paulo – SP. Publicado quinzenalmente e depois mensalmente, nele tinha um corpo de colaboradores fixos, mas também aceitava a colaborações de outros voluntários, desde que seguissem à linha de atuação do periódico. O jornal “A Voz da Raça” tinha um espaço social que, além de fortalecer a valorização étnica, tinha um viés claro de inclusão que sempre pautava sobre as crenças e os anseios dos negros brasileiros.

Portanto, sua existência teve um papel muito importante e crucial para a organização dos negros brasileiros, buscando a integração da população à sociedade paulista e reivindicando seus direitos como cidadãos, com críticas entre os preconceitos sociais existentes nessa sociedade, marginalizando, assim, cada vez mais a população negra. Nesta trajetória do movimento, “A Voz da Raça” foi a voz dos seus leitores, recuperando a autoestima, a cultura, o social, a valorização da raça e seu papel histórico, que naquele momento para população negra era essencial para garantir a formação da ideologia democrática racial em prol do crescimento e valorização da história e memória da população. Essa movimentação de solidariedade do coletivo, relacionada ao Movimento FNB gerou uma autoestima, trazendo as etapas dos reconhecimentos o amor, o direito e a solidariedade iniciando uma nova luta de identidade, Honneth explica sobre isso:

[...] sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica; esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social. (HONNETH, 2003, p. 260).

Logo após a Abolição, percebeu-se que muitas das necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais do povo negro não tinham representatividade, e por isso acabava ficando marginalizados e sem questionamento por falta de argumentos teóricos e práticos. A partir deste momento, abriu-se a possibilidade de organizar em condições diferentes daquelas da escravidão, com graus significativamente diferentes de uma liberdade. Para melhorar a vida da população negra e transformá-lo em realidade, logo se percebeu que era necessária uma união entre os envolvidos para uma luta em coletivamente, por meio de protestos, reivindicações e projetos, pelo direito de serem respeitados, reconhecidos, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação e por fim, um lugar para criar sua família e chamar de casa, e uma das conquistas do movimento negro FNB foi a educação, era um dos eixos principais nas pautas do coletivo, já que só com o estudo ajudaria realizar essa tão sonhada transformação que o movimento negro tanto falava, na vida dessas pessoas. Na obra do autor Karl Marx (1983), introdução à crítica da economia política, o autor ressalta que não vê o indivíduo em uma bolha, que somos seres sociais, que estamos imersos nessas relações e não pode ser pensado separado dessas relações sociais.

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, divisão de classes, sua repartição entre cidade e campo, na orla marítima; os diferentes ramos de produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição, que são a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. (Marx, 1983, p.122).

E é a partir desse ponto que destacamos a importância do indivíduo na sociedade. A escola só é produtiva quando a mediação for por meio de pesquisa e ciências no âmbito escolar, pois a desigualdade econômica flexibiliza as relações e os direitos sociais do indivíduo. As dificuldades de aceitação do “outro” geram atitudes racistas, preconceituosas, principalmente no âmbito escolar.

2.2 A História da Educação do Brasil

A educação brasileira sempre foi voltada a economia, fora alguns educadores brasileiros que não seguiam essa linha como Lauro Oliveira Lima, Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Dermeval Saviani entre outros, a estrutura sempre foi voltada ao mercado, apropriando-se do ensino popular, dos grupos escolares urbanos impostos

pelas classes dominantes que se perpetuava dessa educação com vantagens, trazendo assim uma barreira de integração entre as classes sociais. Recorrendo à mesma linha de educação, essa concepção educacional, não se consegue confundir os conceitos de politécnica e de tecnologia na educação, por serem apreensões teóricas e concretas com características e aplicações diferenciadas. Deste modo, nessas lutas, a bandeira que entrou em ênfase foi a defesa da educação. Afinal, devido à transição Brasil colônia, a pós-abolição trouxe junto a grande taxa de analfabetismo, que era um dos principais problemas que assolavam a “raça negra”. Em 1918, o jornal O Alfinete revelava que o analfabetismo “predominava em mais de dois terços de tão infeliz raça” (O Alfinete, 22 set. 1918, p. 1). Para alterar esse quadro, o jornal da imprensa negra paulista “Voz da Raça” incentivava e relatava para “população de cor” o caminho da educação que contribui para formação de cidadãos reflexivos, críticos e empáticos com capacidade de interagir, agir e lutar em prol dos direitos desta população e uma sociedade mais equânime. Mas não eram apenas os jornais que os influenciavam, os movimentos e associações negras também vislumbravam esse contexto. Segundo Sergio Costa:

Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. Iniciada por aqueles autores qualificados como intelectuais da diáspora negra ou migratória – fundamentalmente imigrantes oriundos de países pobres que vivem na Europa Ocidental e na América do Norte –, a perspectiva pós-colonial teve, primeiro na crítica literária, sobretudo na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir dos anos de 1980, suas áreas pioneiras de difusão. (Costa, 2005, p.117).

Essa influência e a conquista empreendida pela FNB no ambiente educacional possibilitou a inserção dos negros na sociedade e, em simultâneo, contribuiu para entender a força do movimento social que visou sensibilizar o Estado e a sociedade civil, dando a importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e Igualitária no Brasil. A FNB não restringiu as atividades educacionais à sua sede. Várias cidades do interior de São Paulo e de outros estados, influenciadas pelo movimento e com as notícias motivadoras do jornal, contribuíram para outras cidades desenvolverem nas suas escolas cursos de alfabetização. Entender essas concepções criadas pelos movimentos negros sobre a sua importância e a sua participação na realidade social na referência à abolição dos escravos no Brasil, na disputada luta de sobrevivência ao longo da história dos movimentos negros, nas políticas públicas da época, traz toda essa questão histórica de acesso e permanência dos negros no sistema educacional, e todo o silenciamento de parte dessas histórias.

2.3 A Educação da população negra

A lacuna dos dados escolares nos faz a questionar o porquê desse esquecimento ou silenciamento nos livros didáticos das escolas. Em artigo sobre a educação de crianças negras, Gonçalves afirma:

As práticas pedagógicas continuam punindo as crianças negras que o sistema de ensino não conseguiu ainda excluir, aplicando lhes o seguinte castigo: reclusão ritualizada em procedimentos escolares de efeito, impeditivo, cujo resultado é silenciamento da criança negra em curto prazo, e do cidadão para o resto da vida. (GONÇALVES. 1987, p. 29)

Assim, conforme o autor Pierre Bourdieu (2003), no seu texto em um dos capítulos ele relata a importância da educação, e propõe uma ruptura epistemológica

com o positivismo dominante, orientando como deve ser o tema de pesquisa, como deve ser estudado esse tema e dica de metodologia mais adequada e como o sociólogo deve atuar neste processo de pesquisa. O autor no texto relata uma série de críticas na maneira de fazer e refletir sobre a ciência da forma tradicional e positivista. Neste contexto, acompanhando a leitura do texto de Bourdieu, compreendemos a importância da pesquisa e o protagonismo do sociólogo neste processo. Comparando com os dilemas apresentados pelo contexto social, político e cultural, deste artigo, estamos revivendo a desvalorização da do ambiente escolar, do estudo sobre a pesquisa e a ciência, fazendo com que todo conhecimento que adquirimos no texto seja fragmentado e superficialidade na visão dos conservadores.

Sabemos que a trajetória escolar em qualquer curso tem a importância do conhecimento científico, metodologia adequada e a influência da vivência de cada discente tanto no âmbito social quanto no âmbito escolar para a construção da sua identidade, por isso o processo formativo reescreve uma história com fundamentação teórica de conhecimentos científicos para não cairmos em um fundamento vazio e repetido. Nesse percurso, percebemos que conseguir identificar e diferenciar o reconhecimento e a percepção de como o silenciamento racial é escancarado em uma mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, e reestruturando as relações étnico-raciais e sociais inferiorizados vividas pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. Segundo Émile Durkheim (2007), a educação é responsável pela construção da natureza social do indivíduo, no que se refere a valores morais, éticos e religiosos, é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social.

Basta observar como são educadas as crianças. Quando reparamos nos fatos tais como são, e como sempre foram, salta aos olhos que toda educação consiste num esforço para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros tempos da sua vida a coagimos a comer, a dormir e a beber a horas regulares. Coagimo-la à limpeza, à calma, à obediência; mais tarde, coagimo-la a ter em conta os outros, a respeitar os usos, as conveniências, a trabalhar, etc. (DURKHEIM, 2007, p. 89)

Através da educação, o indivíduo transforma-se em um ser social, e essa socialização opera desde o nascimento, na família, porém é na escola que se sistematiza. O fato é que essa desvalorização na educação afeta toda a sociedade, fazendo com que tenhamos uma divisão crescente de tarefas que traz como consequências uma diferenciação cada vez maior dos papéis sociais, aumentando o risco de ruptura social. Assim, Durkheim conclui que o homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não é o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja, e ela o quer conforme o reclame, a sua economia interna, o seu equilíbrio.

3 Conclusão

A desigualdade social no âmbito escolar, social e econômico, onde a separação de brancos e negros, pobres e ricos, ficaram evidentes ao estudar e confrontar os fatos. Mesmo com a Lei no 10.639/03, que inclui como obrigatório o ensino de Histórias e Cultura Afrobrasileira nas escolas que foi sancionada no ano de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, porém, ainda enfrentamos muitos obstáculos que atrapalham esses avanços mesmo que pequenos em nossa sociedade. Primeiro, sabemos que, mesmo com tanta luta ao longo desses anos, a escola também é um mecanismo de reprodução do racismo e que é necessário reformular o currículo e os livros didáticos para garantir a representatividade dos negros no âmbito escolar. A falta de

preparo metodológico, falta de propostas político-pedagógicas antirracistas que apresentem os temas com originalidade, em grande medida em razão da grande maioria dos professores não ter tido acesso a esses conteúdos sobre a população negra brasileira em sua formação. A falta de representatividade nas instituições de ensino, principalmente no ensino superior, em questões de material, profissional, entre outros, onde os negros são minoria neste espaço, faz com que o discente não se encaixe nos padrões estabelecido pela sociedade causando a desistência dos estudos.

Segundo as estatísticas, a desigualdade do acesso ao âmbito escolar que perpetua entre a população negra até hoje é fruto da falta de políticas públicas pós-escravatura para incluir negros nas escolas, universidades e no mercado de trabalho e da interiorização de preconceitos direcionados ao negro no inconsciente e subjetividade de indivíduos e instituições. Apesar de muitos questionamentos, o Brasil tem criado leis e ações afirmativas, como a Lei 12.990, que institui a reserva de 20% das vagas no serviço público federal para a população negra, a realização do sistema de cotas para estudantes de escolas públicas a Universidades, entre outros programas para combatermos a desigualdade racial da educação. Terceiro, não menos importante, o fator socioeconômico, que geralmente é o mais usado para justificar o “atraso” escolar dos estudantes negros em relação aos brancos. Isso porque a condição social do aluno tem grande impacto na aprendizagem e a maioria da população de baixa renda do país é negra, as dificuldades enfrentadas são desde o acesso até a escola, a compra de material, vestimentas adequadas para frequentar a escola entre outras que faz toda a diferença na comparação de desempenho dos estudantes, é onde observamos a diferença entre os grupos sociais.

Esse artigo visa apresentar um recorte da educação brasileira visando como a falta de incentivo do início dos anos 30 interferiu e influenciou na luta do movimento negro FNB para desenvolver um ensino básico e estender-se até o ensino superior, visando focar na identidade de cada aluno, fazendo com que eles se aceitem e se gostem através das suas origens e das suas representatividades.

Por fim, espero que esse artigo colabore com a disseminação do contexto político, histórico, cultural, econômico, social e educacional da luta e resistência da população negras em prol da conquista pelos seus direitos sociais e possibilidade de inserção social, já que a diferença e a desigualdade infelizmente se aplicam pela cor da pele, e a população negra está conseqüentemente exposta às margens dessa sociedade, onde continuam sendo submetidos em situações de silenciamentos, em forma de exclusão dos seus direitos. Deste modo, iremos continuar focando e compartilhando que a educação é a melhor ferramenta como meio de organização política e resistência para obtermos o reconhecimento e a valorização da identidade, da história e da cultura dos afro-brasileiros.

Agradecimentos

Agradeço minha orientadora, Elisângela de Jesus Santos, por sua valiosa contribuição para a minha evolução e aprendizado, e pelo trabalho conjunto no desenvolvimento deste projeto. Agradeço a professora Thais Rodrigues, pelos conselhos e pela colaboração nas pesquisas que foram essenciais para meu crescimento pessoal e científico, sempre me apoiando em todas as etapas do processo. Também agradeço à Unesp - Campus Araraquara - FCLAr pela possibilidade de realizar a pós-graduação em Ciências Sociais, onde tenho progredido com o conhecimento adquirido em cada aula e palestra oferecida no campus. Por fim, agradeço à Capes/CNPq pelo suporte e apoio financeiro do programa.

Referências

- BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998. Correia, Arivaldo, Brodowski, Minha Terra e Minha Gente; Editora: Pannartz – SP, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. Esboço de uma Teoria da Prática. In ORTIZ, Renato (org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo. Olho d'Água, p. 39-72.
- COSTA, Sérgio. 2006. **DESPROVINCIALIZANDO A SOCIOLOGIA – A contribuição pós-colonial**. RBCS. ANPOCS, v.21, n. 60, p. 117-183.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- Movimento Negro na Primeira República: **imprensa negra e FNB**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oNDBN4S1skY> Acesso em: 18/07/2023.
- HALL, Stuart. 2003. **Da Diáspora – identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. UFMG, p. 25-50.
- HONNETH, Axel. 2003. **Luta por Reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo. Ed. 34, p. 7-26 e 253-268.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- SILVA, Maria Aparecida Pinto. **A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.